



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Secretaria Geral Parlamentar
Secretaria de Documentação
Equipe de Documentação do Legislativo

PARECER CONJUNTO Nº 867/2020 DAS COMISSÕES REUNIDAS DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA; DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; E DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 0003/20.

Trata-se de projeto de resolução, de autoria do nobre Vereador Caio Miranda, que cria o Programa Legislatura Juvenil no âmbito da Câmara Municipal de São Paulo.

De acordo com o projeto, o programa tem por finalidade possibilitar aos alunos regularmente matriculados no ensino médio em escolas públicas ou particulares na Cidade de São Paulo, a vivência do processo democrático e o conhecimento das atividades do Poder Legislativo Municipal, assim como a contribuição e contato direto dos estudantes com as autoridades municipais.

Alguns dos principais pontos estabelecidos pelo projeto são: i) a legislatura juvenil será composta por 55 (cinquenta e cinco) vagas para titulares e suplentes; ii) os interessados em participar deverão fazer inscrição junto à Câmara Municipal, por meios físicos ou eletrônicos, até o último dia útil do mês de março de cada ano; iii) a legislatura juvenil se reunirá preferencialmente no Plenário da Câmara Municipal, ordinariamente com periodicidade quinzenal, em data por eles acordada em sessão plenária, e extraordinariamente sempre que convocado por seu Presidente ou pela maioria de seus membros; e, iv) as vagas para o programa serão preenchidas mediante sorteio, devendo haver reserva no mínimo de 50% das vagas totais para alunos da rede pública de ensino e no mínimo 50% das vagas para mulheres.

Sob o aspecto jurídico, o projeto pode seguir em tramitação, como veremos a seguir.

Ao disciplinar matéria afeta ao funcionamento da Câmara Municipal de São Paulo o projeto encontra-se dentro de sua competência normativa espelhada no art. 237 do Regimento Interno desta Casa, segundo o qual projeto de resolução é a proposição destinada a regular matéria político-administrativa da Câmara.

Já no tocante ao seu conteúdo, o projeto encontra plena compatibilidade com o ordenamento jurídico tanto em relação às normas constitucionais, quanto em relação à legislação infraconstitucional.

Com efeito, a formação para o exercício da cidadania, do qual a participação política é a expressão máxima, deve consistir em um dos nortes da educação brasileira, consoante se depreende do art. 205, da Constituição Federal, abaixo reproduzido:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Na mesma linha, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96 dispõe em seu art. 2º que a educação deve preparar o educando para o exercício da cidadania e reforça no art. 35, abaixo reproduzido, que esta deve ser uma das finalidades do ensino médio, dentre as quais se inclui também a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, requisitos indispensáveis para refletir sobre as relações sociais e encontrar formas de atender as mais variadas demandas da sociedade, tarefa esta presente no dia a dia do Parlamento:

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

...

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

Observe-se, ainda, que o projeto em análise está em consonância com o princípio da prática democrática e da participação popular, os quais devem ser devidamente respeitados na organização do Município, conforme disposto no art. 2º, I e II de nossa Lei Orgânica.

Outrossim, é importante ressaltar que o projeto se alinha a vários outros mecanismos presentes na Câmara Municipal de São Paulo, tais como o Parlamento Jovem, a Tribuna Popular e a Escola do Parlamento, todos concebidos no intuito de promover o conhecimento e a aproximação entre a população e o Poder Legislativo.

O projeto, portanto, está em sintonia com o ordenamento jurídico vigente e reúne condições para ser aprovado.

Ante o exposto, somos PELA LEGALIDADE.

Quanto ao mérito, a Comissão pertinente entende ser inegável o interesse público da proposta, razão pela qual se manifesta

FAVORAVELMENTE.

Quanto aos aspectos financeiros, a Comissão de Finanças e Orçamento nada tem a opor,

FAVORÁVEL, portanto, o parecer.

Sala das Comissões Reunidas, em 02/09/2020.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Caio Miranda

Celso Jatene

Claudio Fonseca

João Jorge

Reis

Rinaldi Digilio

Rute Costa

Sandra Tadeu

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Alfredinho

Aurelio Nomura

Daniel Annenberg

Fernando Holiday

Gilson Barreto

Zé Turin

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Adriana Ramalho

Atilio Francisco

Isac Felix

Ricardo Teixeira

Ricardo Nunes

Rodrigo Goulart
Soninha Franscine

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial da Cidade em 04/09/2020, p. 108

Para informações sobre o projeto referente a este documento, visite o site www.saopaulo.sp.leg.br.